

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade portuguesa¹

Michelly Carvalho*

Rosa Cabecinhas**

Resumo

Este trabalho analisa a opinião de estudantes portugueses sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, recentemente aprovado entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O documento pretende uniformizar a ortografia da Língua Portuguesa, reduzindo substancialmente as diferenças entre as versões brasileira e portuguesa. Assim, realizámos um inquérito sobre o tema em Outubro de 2009, em Portugal. Nossa hipótese é que a opinião face ao Acordo será maioritariamente desfavorável, uma vez que para os portugueses este documento pode ser visto como uma ameaça identitária: o Acordo pode ser considerado como uma espécie de submissão, por parte do ex-colonizador (Portugal) para com uma ex-colónia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder do processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo. Como esperado, o nível de rejeição do Acordo foi elevado (70,1%). Este artigo procura analisar o discurso de rejeição do Acordo e os motivos invocados pelos inquiridos para tal posicionamento.

Palavras-chave: Acordo Ortográfico, representações sociais, identidade social, língua portuguesa

Abstract

This paper analyzes the Portuguese' opinion on the orthographic agreement recently approved among the countries members of the Portuguese Speaking Countries Community (CPLP). This agreement aims to homogenize Portuguese orthography by reducing substantially the discrepancy between the Brazilian and Portuguese versions. We conducted a survey about this issue in October/2009 in Portugal. Our hypothesis is that the Portuguese people will reject this agreement since it will be seen as an identity threat: the agreement is considered as a kind of submission by the former colonizer (Portugal) towards the former colonized (Brazil), which is per-

¹ Este artigo reporta resultados preliminares de um estudo empírico realizado no âmbito do projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008). O presente artigo foi redigido segundo as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

* Mestranda em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, michellyscarvalho@gmail.com

** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, cabecinhas@ics.uminho.pt

ceived as leading the Agreement outcomes. As expected, the level of rejection of the Agreement was very high (70,1%). This paper seeks to analyze the discourse of rejection of the Agreement and the kind of motives invoked by Portuguese respondents for this position.

Keywords: Orthographic agreement; social representations, social identity, Portuguese language

1. Introdução

Este artigo visa analisar a opinião de estudantes universitários portugueses sobre o Acordo Ortográfico, aprovado recentemente entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP, criada em 1996, é uma comunidade geo-linguística bastante heterogénea e dispersa composta por oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

De acordo com Santos (2003), esta comunidade formalizou institucionalmente uma espécie de relacionamento pós-colonial entre Portugal e suas ex-colónias. Uma das dificuldades enfrentadas por Portugal na tentativa de estabelecer esta comunidade foi a necessidade de evitar a ideia de que a CPLP foi projetada para apoiar uma agenda «neo-colonialista». De acordo com a sua Declaração Constitutiva, a CPLP tem como objetivo «incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa» e «contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa (...) nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP» (CPLP, 1996)².

O estabelecimento de um Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa foi desde o início um dos grandes objetivos estratégicos da CPLP. Diversas tentativas para o estabelecer e implementar fracassaram e, recentemente, após anos de longas negociações entre os seus membros, especialmente entre Brasil e Portugal, o Acordo foi ratificado. O Acordo entrou em vigor nesses dois países em 2009. Segundo o aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicado em 17 de Setembro de 2010 no Diário da República³ o Acordo Ortográfico de 1990 vigora em Portugal desde 13 de Maio de 2009, data de entrega junto da República Portuguesa do instrumento de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao

² <http://www.cplp.org>, acesso em 10/08/2010.

³ N.º 182, I Série, pág. 4116, <http://tinyurl.com/39mq4lc>, acesso em 10/08/2010.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. É a partir desta data que deve ser contado o período de transição de 6 anos estipulado por lei (Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008⁴). Sendo assim, o prazo limite de implementação da nova ortografia é 2015. Já no Brasil o prazo se estende somente até 2012.

Este Acordo tem como objetivo uniformizar a ortografia da língua portuguesa, reduzindo substancialmente a diferença entre as versões brasileira e portuguesa. No entanto, estas mudanças não são simétricas, uma vez que o Acordo Ortográfico implica mais mudanças na ortografia portuguesa do que na brasileira.

Tendo em conta a importância deste Acordo e a resistência antecipada de parte de diversos segmentos da sociedade portuguesa, fizemos um estudo exploratório sobre essa questão em Outubro de 2009, em Portugal, a fim de analisar alguns dos fatores que contribuem para essa resistência.

Nossa hipótese é que a opinião face ao Acordo em Portugal será maioritariamente desfavorável, uma vez que, para os portugueses, este Acordo pode ser vivenciado como uma ameaça identitária: o Acordo pode ser considerado como uma espécie de submissão, por parte do ex-colonizador (Portugal) para com uma ex-colônia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder do processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo (razão pela qual algumas pessoas o rotulam como «Acordo Brasileiro»).

Neste artigo, analisamos o discurso de rejeição do Acordo e os motivos invocados pelos inquiridos para justificar as suas opiniões. Os resultados obtidos serão discutidos tendo em conta alguns estudos sobre as identidades «Lusófonas», integrando alguns contributos da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982) e da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1988).

2. O Acordo Ortográfico

O Acordo Ortográfico constitui-se numa convenção que unifica os sistemas ortográficos dos países de língua oficial portuguesa. Segundo Fiorin (2008: S/P), a tentativa de unificação não é recente, desde 1924, já se tinha esse intuito. No ano de 1945 instituiu-se uma unificação que se tornou lei somente em Portugal, não sendo aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro. De acordo com o referido autor, a não-aceitação da unificação deveu-se ao facto de que, após a independência brasileira, os escritores acreditavam que a independência não deveria ser somente política, mas também cultural. Por este motivo, «o Brasil nunca reconheceu a autoridade linguística de Portugal» (Fiorin, 2008).

Na opinião de Fiorin, as diversidades ortográficas do Brasil e Portugal não são grandes, motivo pelo qual não há impedimento para o entendimento recíproco de textos em ambas as grafias. No entanto, a duplicidade da ortografia trava a difusão

⁴ <http://tinyurl.com/2fxqs5l>, acesso em 12/08/2010.

internacional do português, tendo em vista que os documentos oficiais das organizações que adotam o português como língua oficial necessitam ser escritos na forma adotada por cada país (Brasil e Portugal) já que as variações são tidas como incorretas. Segundo Godofredo de Oliveira Neto, escritor e presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação durante o governo de Lula da Silva (*in* Leoni, 2008: S/P), isso não ocorre, por exemplo, com as diferenças entre o inglês dos EUA e da Inglaterra, ou ainda entre o Espanhol da Argentina e o da Espanha.

Com a finalidade de atenuar as discrepâncias, em 1990 foi assinado o Acordo Ortográfico e determinou-se que este estaria em vigor em 1º de Janeiro de 1994, depois de sua ratificação pelos oito países da CPLP. Não obstante, a ratificação não foi consumada segundo se previa. Dez anos depois, em 2004, discutiu-se a questão novamente e estabeleceu-se que o Acordo entraria em vigor se ratificado por três membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entretanto, somente em 2008 o Acordo Ortográfico foi ratificado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal, sendo que no Brasil e em Portugal entrou em vigor em 2009.

Nostalgia imperial

O Império Português foi o mais longo império colonial europeu e o último a cair, em 1975. O Brasil foi a primeira colónia a declarar independência em 1822. As colónias africanas somente obtiveram a independência após o período de descolonização, iniciado depois da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974). Apesar das grandes mudanças socioeconómicas e culturais em Portugal desde o processo de descolonização e a entrada na União Europeia (1986), de acordo com alguns autores, o império permanece na mente das pessoas.

Atualmente, a retórica da lusofonia frequentemente assume a forma de «nostalgia imperial» (Martins, 2006: 80), dando frequentemente origem a conflitos e desencontros, tanto em assuntos internacionais como nas relações interpessoais.

Segundo Reiter (2005: 89), «o legado do colonialismo ainda influencia fortemente as formas pelas quais Portugal define sua pertença nacional». Reiter considera que a posição de «nação intermediária» (p. 81), ocupando uma posição ambivalente na hierarquia internacional, contribui para uma dupla tensão: «Por um lado, o orgulho nacional, prejudicado por comparações potencialmente humilhantes com as mais ricas e mais poderosas nações da Europa, exige a evocação do passado ‘glorioso’ de Portugal». Mas, segundo o autor, essa distância em relação a alguns aspectos daquele passado também era necessária. «O resultado é uma espécie de neurose portuguesa sobre o seu passado colonial» (Reiter, 2005: 87). Corroborando com esta ideia, Baptista (2006) enfatiza:

Do ponto de vista nacional, não parece ainda ter chegado o tempo de um olhar sério, desapaixonado, profundo e sistemático em direcção ao nosso passado colonial. Esta-

mos, presentemente, num momento que, psicanalítica e simbolicamente, poderíamos designar de ‘recalcamento e negação’. (Baptista, 2006: 25)

O que se verifica pelas palavras da autora é que a História exige um certo distanciamento que a sociedade portuguesa ainda não conseguiu ter plenamente. Segundo Baptista, por esse passado se configurar ainda muito recente, também não provoca grande interesse por parte dos investigadores portugueses. Assim, a narrativa moderna com os países da comunidade lusófona com os quais se quer arquitectar relações no âmbito político, económico, histórico e cultural ainda tem muito a ser feito e talvez tenha que aguardar um período extenso para que emerja em totalidade e interesses próprios. O que se verifica atualmente é uma ausência do debate sobre o tema. Tal facto se revela por dois motivos:

(...) seja porque se encontram vivas e ainda abertas, embora significativamente silenciosas (Lourenço, 2000), feridas recentes na história e na cultura portuguesas, seja porque um desenraizamento histórico sem precedentes afecta a nossa actual cultura globalizada, levando-nos a olharmo-nos, também no âmbito da lusofonia, como histórica e imaginariamente nascidos a partir de coisa nenhuma e miraculosamente partilhando uma língua comum, sem se perceber muito bem para que servirá tal verificação. (Baptista, 2006: 25).

As palavras acima retratadas configuram-se como os principais fatores, segundo a autora, para a escassez de pensadores pós-coloniais sejam eles estrangeiros ou nacionais, mesmo tendo a descolonização acontecido em períodos de pós-modernidade.

Na última década, foram realizados diversos estudos empíricos que apontam para a importância atribuída pelos portugueses à sua história e ao seu passado «glorioso» (e.g. Miranda, 2002). As grandes navegações e os «descobrimientos» continuam a ser considerados como a «idade de ouro» da história nacional.

Cabecinhas, Lima e Chaves (2006) realizaram uma pesquisa sobre as percepções históricas de jovens brasileiros e portugueses. Os participantes em ambos os países foram convidados a indicar livremente os eventos e as personalidades que, na sua opinião, eram mais importantes na história do mundo e na história nacional dos respectivos países (Brasil ou Portugal). Os participantes portugueses consideraram os «descobrimientos portugueses» como o quarto acontecimento mais importante na história mundial e vários navegadores portugueses foram considerados entre as personalidades mais eminentes do globo. Além disso, os participantes consideraram os descobrimientos portugueses como tendo um impacto positivo para a humanidade, estando associados a emoções muito positivas, tais como o orgulho, admiração e felicidade.

Quanto às representações da história nacional, 79,7% dos participantes portugueses evocaram os descobrimientos portugueses e atribuíram a este acontecimento um impacto muito positivo na história nacional (Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006).

Estes resultados apontam para uma representação social hegemónica (Moscovici, 1988) dos descobrimentos portugueses como a «idade de ouro» da nação. Os jovens portugueses associaram emoções extremamente positivas aos «descobrimientos», enquanto os jovens brasileiros, no caso específico do «descobrimento do Brasil», expressaram sentimentos ambivalentes.

Estes resultados estão em conformidade com os obtidos em outros estudos, realizados tanto no Brasil como em Portugal, sobre as representações da «descoberta do Brasil» por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil (por exemplo, Möller, Sá & Bezerra, 2004; Sá, Oliveira & Prado, 2004; Vala & Saint-Maurice, 2004). Segundo Möller, Sá e Bezerra (2004), os brasileiros reconhecem alguns méritos à colonização, mas identificam mais explicitamente alguns aspectos negativos da ocupação portuguesa. Os autores destacam que os sentimentos em relação à colonização são mais variados no Brasil do que em Portugal.

Baptista (2006) justifica essa «nostalgia imperial» principalmente pelo trabalho desenvolvido durante o Estado Novo. Neste período utilizou-se largamente os meios de comunicação para transmitir uma distinta imagem de Portugal enquanto «Império Português» e, especialmente do «Outro» desse império. Segundo a autora, o que se verifica na atualidade é que muitas dessas representações continuam presentes no imaginário cultural português. «(...) talvez não de todo o escol intelectual português, mas certamente numa parte dele e em maior escala na memória cultural portuguesa», estabelecendo-se o que Freud (2001, *in* Baptista, 2006: 26) designou por uma espécie de «regresso do recalçado». Isso, de acordo com Baptista, repercute conceitos e raciocínios, imagens e fantasmas que foram fortemente incorporados pela manipulação mediática de Salazar, e modificaram o senso comemorativista português.

Halbwachs (1950/1997) afirma que a memória coletiva é uma espécie de mecanismo de defesa de determinada sociedade e Connerton (1993) salienta que a exaltação da identidade nacional agrega a recordação e os seus ritos.

Segundo Wertsch (2002: 67) a memória coletiva desempenha um papel essencial na criação e manutenção dos grupos sociais. A memória coletiva proporciona um «passado utilizável», que pode servir na atualidade, nomeadamente para promover as reivindicações de identidade coletiva. Wertsch (2002: 172) considera que a memória coletiva pode ser caracterizada por três dimensões importantes. Em primeiro lugar, a memória coletiva é um processo ativo; podendo ser caracterizada como uma forma de ação mediada, significando que ela é, fundamentalmente, distribuída entre agentes ativos, por um lado, e as ferramentas culturais — especialmente os textos narrativos — que empregam, por outro. Em segundo lugar, a memória coletiva é mediada por recursos textuais, que não são neutros: os recursos textuais empregados na memória coletiva trazem com eles uma posição social e perspectiva. Em terceiro lugar, a memória coletiva é dinâmica, mesmo que muitas vezes reivindique estabilidade e consistência.

Na mesma linha de pensamento, Cunha (2003) considera que as imagens do passado, geralmente, legitimam uma ordem social do presente. No entanto, simultanea-

mente, existem expressões que contestam essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida «como um campo de disputa, passando o controlo social e mesmo o exercício do poder, pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser esquecido» (2003: 86).

Há uma interação constante entre a identidade social e as representações sociais da história. Como afirmam Liu e Hilton (2005), a história define uma trajetória que ajuda a construir a identidade de um grupo, como se relacionar com outros grupos e as opções para enfrentar os desafios do presente.

Atualmente, Portugal é um dos países mais pobres da zona do euro, enquanto o Brasil está a assumir cada vez mais protagonismo no cenário económico mundial. Isso parece representar no imaginário português uma ameaça para a identidade portuguesa, o que, por sua vez, pode contribuir para a rejeição do Acordo Ortográfico como forma de tentar preservar a «original» e «autêntica» língua portuguesa representada como herança cultural.

2. Metodologia

Para este estudo exploratório foi desenhado um questionário composto por questões abertas e fechadas, permitindo aos participantes expressar e justificar as suas opiniões. Vários indicadores foram utilizados para esta pesquisa: local de nascimento, nacionalidade e eventuais experiências de migração, nível socioeconómico e cultural, contato com imigrantes brasileiros, os sentimentos e os estereótipos sobre os imigrantes brasileiros, a opinião sobre a diversidade cultural, etc. Quanto à opinião sobre o Acordo ortográfico, foi solicitado aos participantes que respondessem a uma pergunta fechada: «Concorda com o Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa?» Os participantes deveriam assinalar a sua escolha: «Sim» ou «Não» e, em seguida, justificar a sua resposta.

A amostragem foi não-probabilística, o que não garante a sua representatividade, por isso os resultados não devem ser extrapolados para a população em geral. Neste estudo, estamos interessados nas opiniões dos estudantes universitários em particular, uma vez que, em princípio, constituem uma das parcelas mais informadas da população. O inquérito foi aplicado a uma amostra de 198 estudantes da Universidade do Minho⁵, 95 do sexo feminino e 103 do sexo masculino, com idades entre os 18 e os 25 anos. A recolha de dados foi realizada em salas de aula da Universidade e a participação foi voluntária.

3. Resultados

Neste artigo, discutimos apenas os resultados relativos à opinião dos participantes sobre o Acordo Ortográfico. Quanto à pergunta «Concorda com o Acordo Ortográfico

⁵ Participaram no inquérito estudantes do 1º ano das licenciaturas em Ciências da Comunicação, Ciências da Computação, Engenharia Informática e Sociologia.

entre os países de língua portuguesa?», em uma amostra de 198 entrevistados, 140 (70,7%) afirmaram ser contra o Acordo.

Quando questionados sobre o motivo de tal posicionamento, as respostas variaram em torno de três argumentos básicos. A maioria dos participantes justificou a rejeição do Acordo pela necessidade de proteger a identidade cultural portuguesa e preservar o património histórico ligado ao papel de liderança desempenhada por Portugal durante os «descobrimientos». Tal posição pode ser ilustrada nas seguintes respostas⁶:

- «Acredito que o Acordo Ortográfico irá facilitar a homogeneização do português escrito entre os países que têm como português a sua língua oficial, mas isto é concretizado com a perda das raízes culturais/tradicionais de cada país, desta maneira perdendo a sua identidade».
- «Destruição do património cultural específico da nossa língua/cultura. Esta adaptação tem mais motivos económicos do que sociais, o que é inadmissível. Apesar de serem os outros países de língua portuguesa a contribuírem para a degradação da mesma tem que ser o país da língua-mãe (Portugal) a adaptar-se a esta degradação! Inaceitável!».
- «Sendo eu contra a globalização de forma desenfreada, porque não respeita as minorias entre outras coisas, considero este acordo como uma perda da identidade, por parte daqueles que o assinaram».
- «Porque não vejo qualquer problema em que cada país que pertence a CPLP tenha particularidade no seu modo de escrever, que o caracterizam. É uma questão de identidade».
- «Com este acordo a língua portuguesa perde um pouco de sua identidade».
- «Penso que deveríamos tentar manter a nossa identidade cultural, mesmo considerando que a língua não é algo estático. Os diversos países de língua portuguesa deveriam manter as suas diferenças como sociedades individuais».
- «Sinto que podemos perder um pouco a nossa identidade sinto o nosso “português” como o correcto, e saber comunicar correctamente é fundamental».
- «Penso que cada país adaptou a língua portuguesa de modo particular, é algo que já faz parte da identidade nacional, é algo que não deve ser alterado».
- «Uma língua é uma identidade do país. Se eles adoptaram a língua portuguesa e a alteraram em relação ao país de origem, penso que cada país deve ficar com a língua».
- «Não concordo com o Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa porque acho que, tendo sido nós os colonizadores não devíamos submeter a nossa língua materna a alguns ajustes de pormenores criados pelas povos colonizados».

⁶ As afirmações transcritas ao longo deste artigo, foram reproduzidas conforme a redação dos participantes do inquérito. Não foram corrigidas as incorreções gramaticais.

Para os participantes desta investigação, o Acordo é visto como contrariando a posição de liderança histórica e a soberania do povo português, que ainda cultiva a glória do passado representada pelos «descobrimientos». O Acordo é visto como ameaça ao estatuto de Portugal, que é percebido como elevado, em comparação com suas ex-colônias. Tudo o que possa prejudicar a percepção desta concepção de Portugal é afastado. Isso, principalmente, quando observamos o surgimento de um país (Brasil), uma vez colônia de Portugal (1500 a 1822), a se destacar e a influenciar o mundo (Pires, 2000: 8). A este respeito, a maioria dos participantes da pesquisa recusa qualquer influência do português do Brasil, que é visto como ameaça à «autêntica» e «sofisticada» língua portuguesa original. Os participantes alegam que o português de Portugal é o «correcto», evocando a importância da influência histórica que Portugal teve e, supostamente ainda tem, o que, para os inquiridos, deve ser preservado.

Os participantes foram muito reativos em relação à liderança desempenhada pelo Brasil na versão final do Acordo, considerando que a mesma deveria ser em sentido oposto, conforme indicado nos seguintes exemplos:

- «Acho que se deve ensinar o bom português aos brasileiros ao invés de alterar a língua, pois se fica melhor para uns vai ficar pior para outros e sendo assim em certas coisas as culturas têm que se adoptar a uma regra geral cuja qual não pode ser alterada em benefício de algumas maiorias».
- «Os brasileiros não sabem escrever, nem conjugar verbos. A língua é “português” e não “brasileiro”. O Acordo Ortográfico é desvantajoso, porque a língua portuguesa é muito rica e tem muita história».
- «Não concordo pelo facto de o português em determinados países ser uma ofensa a língua portuguesa, pois será de todo impossível impor a boa escrita portuguesa e essa cada vez mais perderá qualidade».
- «Não concordo porque vão levar muitas palavras que vão ficar iguais a outras, mas com significados muito diferentes, pelo que acho que não vai ser nada vantajoso pois nós portugueses, levando apenas benefícios para os brasileiros».
- «Porque se a língua é originária de Portugal os países de língua portuguesa devem, eles, sim, escrever como nós, portugueses, nunca o país originário da língua escrever como eles, países de língua portuguesa, falam».
- «O Acordo Ortográfico desfaz regras estabelecidas da nossa língua e torna o português europeu uma cópia do português do Brasil».
- «Tal como dizia Saramago: “A língua é minha e sotaque é vosso”»
- «Portugal como o país onde desde de que há memória a “língua materna” é o português, não deveria sofrer “lesões” na gramática instituída».
- «É a única maneira de não perdermos o poder que a nossa língua tem no mundo».
- «Se Portugal foi o país onde a língua portuguesa nasceu, não vejo nenhuma razão forte para que haja uma alteração da sua grafia».
- «Porque a língua portuguesa deve ser motivo concretamente internacionalmente e coerente com a “metrópole”».

- «Principalmente, para Portugal, uma vez que este é o país envelhecido, o Acordo Ortográfico veio desproporcionalmente, pois implica uma nova abordagem e aprendizagem da língua materna».
- «Porque não acho que é andar a tirar algumas letras de algumas palavras, Introduzir tópicos desnecessários... É para além disso uma tentativa de convergência para o “Brasileiro”».
- «Porque afinal de contas, quem deu aos povos colonizados uma língua conhecida além «fronteiras” foram os portugueses e considero que se deve progredir para uma evolução na língua».
- «Não creio que o Acordo Ortográfico vá alterar muita coisa em relação aos “falantes” da língua portuguesa a não ser passarmos a escrever erradamente a partir daí!»
- «A nossa língua, que nos trazia orgulho por ser complexa e requintada, vai perder o valor que adquiriu com a evolução, que reflecte as influências de Portugal».
- «Muitas das palavras de Acordo com o Acordo Ortográfico ficariam “abrasileiradas” e não inteiramente portuguesas».
- «Eu penso que a língua é uma característica própria de cada país. É verdade que até pode ser bom que todos os países de língua portuguesa tenham a mesma ortografia, mas não tem sentido nenhum que Portugal de onde provém a língua portuguesa tenha que mudar a sua ortografia. Os países é que se desviam adaptar».

Essas respostas não só mostram como o argumento de legitimidade histórica é predominante entre esta amostra de estudantes portugueses, mas também evidencia uma forte resistência à mudança. Como vários autores salientam, a mudança nem sempre é fácil, as pessoas geralmente têm medo do novo. McLuhan (2006), por exemplo, a propósito das inovações tecnológicas, afirma que quando a tecnologia muda, o ser humano muda. Segundo o autor, as pessoas geralmente não estão dispostas a mudar e, muitas vezes, o lado reacionário sobrepõe-se à curiosidade. No entanto, esta resistência à mudança não é reportada como intrínseca ao indivíduo, mas justificada com argumentos que parecem válidos racionalmente, como, por exemplo, as dificuldades que estas mudanças causarão em termos pedagógicos:

- «Implantação de uma nova escrita algo diferente do que nós é ensinada educacionalmente».
- «Pelo facto de estar mais familiarizado com o tipo de ortografia anterior».
- «Porque não vejo qualquer vantagem em unificar a escrita dos países de língua portuguesa. Também discordo, na medida em que dificultará a aprendizagem das crianças».
- «Não concordo com o facto de termos vindo a aprender uma determinada forma de gramática até agora, e repentinamente, acontecer esta alteração».
- «Para as pessoas da minha geração, ensinaram-nos o Português sem qualquer Acordo; seria absurdo tal Acordo agora pois teríamos que aprender tudo de novo, estamos habituados a escrever e a ler de uma certa forma. Há coisas bem mais

importantes a serem resolvidas que decidir se teríamos ou não uma letra que não é importante numa palavra».

- «Porque se essas diferenças ortográficas existem desde o início não vejo motivo para mudar. Pois é um aspecto característico de cada país, e quem aprendeu de uma certa maneira é difícil de mudar de um momento para o outro».

As respostas transcritas acima também refletem a falta de informação sobre os potenciais benefícios do Acordo Ortográfico. Grande parte da justificação refere-se à perda de identidade e completa transposição do português de Portugal para o português do Brasil. Na realidade, o Acordo envolve apenas mudanças na ortografia de algumas palavras e não a língua como um todo. Algumas variações ortográficas entre Portugal e o Brasil continuarão a existir.

4. Considerações finais

Neste trabalho apontam-se os resultados preliminares de uma investigação sobre a opinião portuguesa a respeito do Acordo Ortográfico aprovado recentemente entre os países de língua portuguesa. A maioria dos participantes na pesquisa manifesta uma rejeição do Acordo Ortográfico, invocando que a língua foi originada a partir de Portugal e não de outros países. Por esta razão, eles consideram “inaceitável” que Portugal tenha de se adaptar a essas regras «pervertidas» da ortografia brasileira.

Os participantes rejeitam este Acordo, uma vez que é percebido como uma ameaça à identidade portuguesa: o Acordo é visto como uma espécie de submissão, pelo ex-colonizador (Portugal) em face de uma ex-colônia (Brasil), que é percebida como líder da versão final do Acordo. Os participantes argumentaram que Portugal não se deve submeter ao Acordo, porque este beneficia a versão brasileira da língua portuguesa, que é considerada como uma versão simplificada e distorcida da «autêntica» língua portuguesa.

Os resultados mostram uma falta de informação sobre os potenciais benefícios do Acordo e um discurso em torno da manutenção das regras existentes, além de uma refutação ao novo e uma indisposição para a mudança dos hábitos ortográficos. Nenhum dos entrevistados mencionou a importância da língua portuguesa no mundo, que, segundo a última edição do *Ethnologue: Languages of the World* (Lewis, 2009), é a sétima língua mais falada no mundo e a quinta mais utilizada na internet (*Internet World Stats*, 2010), mas que ainda não conseguiu ser formalizada como língua de trabalho na ONU e noutros organismos internacionais. Um dos maiores obstáculos até agora apontados é a inconsistência entre o português do Brasil e o de Portugal. Segundo os especialistas a unificação irá aumentar a influência da língua portuguesa internacionalmente. Neste caso, nenhum dos inquiridos referiu o «real» motivo da implementação do Acordo que, segundo os seus promotores, é reforçar a importância do português ao nível mundial.

Outro fator a ser considerado no discurso de não-aceitação do Acordo é a falta de informações sobre o grau de mudança que o Acordo implica. Os inquiridos consideram que as pessoas dificilmente serão capazes de se adaptar à nova escrita, e estas mudanças trarão dificuldades para os alunos nas escolas, isso porque eles já aprenderam a língua de uma maneira e devem aprender novamente de outra. Os participantes alegam que o Acordo irá mudar a língua como um todo, o que não corresponde à realidade, pois o número de mudanças é limitado. Acentue-se o facto de que o Acordo se dá, apenas, no plano da normatização ortográfica.

Por outro lado, as respostas dos participantes denotam que o atual português de Portugal é percebido como se fosse uma língua totalmente original, criada exclusivamente pelos portugueses, e estática, não havendo um reconhecimento de que esta é o fruto de influências de vários povos que se cruzaram e se cruzam no espaço geográfico que hoje é Portugal e que a grafia de hoje é resultado de sucessivas mutações ao longo do tempo.

Em suma, de acordo com resultados prévios obtidos em estudos conduzidos na população portuguesa, esta pesquisa mostra a persistência de uma certa «nostalgia imperial» entre os portugueses, referindo o papel histórico desempenhado por Portugal durante a colonização como forma de legitimar o almejado papel de liderança nas negociações do Acordo Ortográfico entre países de língua oficial portuguesa. Como menciona Lourenço (1990), o império continua no imaginário português, como a principal fonte de identidade e orgulho nacional.

Os resultados desta pesquisa parecem indicar que ainda há muito a ser feito para evitar os sentimentos de ameaça a respeito Acordo Ortográfico por parte da sociedade portuguesa. Sensibilizar o público em geral, e os jovens em particular, sobre os benefícios do Acordo Ortográfico é, portanto, uma desafiadora e exigente tarefa.

Referências bibliográficas

- Alexandre, V. (1999) 'O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)', in J. Vala (Ed.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas*, Lisboa, Portugal: Celta Editora, pp. 133-144.
- Baptista, M. (2006) 'A Lusofonia não é um jardim ou da necessidade de "perder o medo às realidades e aos mosquitos"', in M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 23-44.
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006) 'Identities nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações da história', in: J. Miranda & M. I. João (Eds.) *Identities Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92. [<http://hdl.handle.net/1822/6165>].
- Connerton, P. (1989/1993) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- Cunha, L. (2003) *Entre espaço e representação: Comunidade e memória social*, Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Fiorin, J. L. (2008) E agora, Portugal? [<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11474>, acesso em 10/02/2010]
- Halbwachs, M. (1950/1997) *La mémoire collective*, Paris: Albin Michel.
- Internet World Stats (2010) Internet world users by language: Top 10 languages, [<http://www.internet-worldstats.com/stats7.htm>, acesso em 10/08/2010].

- Leoni, F. (2008) Acordo ortográfico: os prós e os contras de uma unificação, [<http://opinioenoticia.com.br/opinio/tendencias-debates/Acordo-ortografico-os-pros-e-os-contras-de-uma-unificacao/>, acesso em 02/02/2010]
- Lewis, M. P. (ed.) (2009) *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition, Dallas, Tex.: SIL International, [<http://www.ethnologue.com>, acesso em 10/07/2010]
- Lourenço, E. (1990) *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Liu, J. & Hilton, D. (2005) 'How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories', *British Journal of Social Psychology*, 44, 537-556.
- Martins, M. (2006) 'A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico' in M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.) *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 79-87.
- McLuhan, M. (2005) 'Cibernética e cultura humana', in S. McLuhan & D. Staines (orgs) (2005) *McLuhan por McLuhan, Conferências e Entrevistas*, Rio de Janeiro: Ediouro.
- Miranda, J. (2002) *Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*, Oeiras: Celta.
- Möller, R.C., Sá, C.P., Bezerra, F.C.C. (2004) 'Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: a memória social atualizada de brasileiros e portugueses', *Psicologia*, XVII (2), pp. 405-417.
- Moscovici, S. (1988) 'Notes towards a description of social representations', *European Journal of Social Psychology*, 18, pp. 211-250.
- Pires, Natália. (2000) *O contributo dos descobrimentos na ampliação vocabular* [<http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2589/1/RGF-3-6-def.pdf>, acesso em 08/04/2010]
- Reiter, B. (2005) 'Portugal: national pride and imperial neurosis', *Race & Class*, 47, 79-91
- Sá, C.P., Oliveira, D.O., & Prado, L.A. (2004) 'As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações brasileira', *Psicologia*, XVII (2), 275-291.
- Santos, L. A. (2003) 'Portugal and the CPLP: Heightened Expectations, Unfounded Disillusions', in Eds Lloyd-Jones, S. & Costa Pinto, A., *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*, Bristol: Intellect, pp. 67-81.
- Tajfel, H. (Ed.) (1982) *Social Identity and Intergroup Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Vala, J. & Saint-Maurice, A. (2004) 'Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização', *Psicologia*, XVII (2), pp. 385-404.
- Wertsch, J. V. (2002) *Voices of collective remembering*, New York: Cambridge University Press.